



IDeIAS

Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

Mulheres da Renamo na “Segunda Guerra Civil” em Moçambique: Mobilização, Papel e Reintegração

Albertina Machava e Egídio Chaimite ¹

Depois de pouco mais de duas décadas de paz, o país voltou a estar em guerra, a partir de 2013. A nova guerra, a “segunda guerra civil” (Igreja, 2015), opôs, primeiro, a Renamo e o governo da Frelimo (2013–2019), os mesmos ex-beligerantes da primeira guerra civil, entre 1976 e 1992. Depois, na segunda fase (2019–2021), opôs a Junta Militar da Renamo (JMR), grupo dissidente da Renamo², e o governo da Frelimo. Entre os fundamentos para a eclosão desta nova guerra destaca-se o alegado incumprimento de algumas disposições do Acordo Geral de Paz (AGP), que pôs cobro à primeira guerra civil, em 1992, nomeadamente com relação ao desarmamento dos combatentes de ambas partes, sua integração num único exército nacional, e consequente reintegração sócio-económica (Cossa & Palik, 2023). A Renamo também reivindicava a despartidarização do aparelho do Estado e a revisão do pacote eleitoral, que, alegava, favorece amplamente a Frelimo (Chaimite, 2014; Chichava, 2015).

Em 2012, depois de um conjunto de negociações fracassadas, iniciaram os confrontos armados, intercalados por períodos de tréguas e acordos, sobretudo para a viabilização de eleições (Darch, 2018; Beula, 2020). O primeiro acordo, o Acordo de Cessação de Hostilidades Militares (ACHM), foi assinado a 4 de Setembro de 2014, pouco antes das eleições gerais de Outubro do mesmo ano. Este não durou porque, contestando os resultados das eleições de 2014, a Renamo voltou à guerra e as negociações cessaram. Só em Agosto de 2016 é que o diálogo retomou, culminando com assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional (APRN), a 06 de Agosto de 2019, depois de mais de 116 rondas de negociação (2012–2019). Para a Renamo, este acordo poderia sanar as lacunas relacionadas ao AGP, mormente com relação ao processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) (Cossa & Palik, 2023). Entre outros aspectos, o DDR preconizava a desmobilização de 5221 guerrilheiros da Renamo, entre os quais 257 mulheres. Este número incluía apenas as mulheres que possuíam armas. As mulheres que desempenharam outros papéis e participaram indirectamente no conflito não eram elegíveis para receber apoio directo à reintegração (Cossa & Palik, 2023).

Que papéis desempenhavam as mulheres da Renamo na “segunda guerra civil”? por que aderiram à guerra? Como foi a sua desmobilização e reintegração? Estas são as questões centrais deste IDeIAS. Demonstra-se que a mobilização foi motivada, sobretudo, pelo desejo de reivindicar direitos, e os papéis desempenhados eram os mesmos da primeira guerra civil, nomeadamente como enfermeiras, parteiras, agentes de comunicação, secretárias, cozinheiras e guarda-costas, embora algumas tenham participado activamente nos combates. Ademais, na sua reintegração, as ex-guerrilheiras enfrentam desafios, que tem que ver com a sua

exclusão social e económica, persistindo, assim, os problemas que as motivaram a aderirem à guerra.

A metodologia compreende a combinação da revisão da literatura sobre as guerras em Moçambique, com enfoque particular na situação da mulher nas guerras, e entrevistas semiestruturadas realizadas com vinte ex-guerrilheiras da Renamo residentes nas províncias de Manica (Chimoio e Vanduzi) e Sofala (Gorongosa, Chibabava e Beira), entre Setembro e Outubro de 2023.³

Mobilização

Diferente da primeira guerra civil, onde o recrutamento das mulheres para as fileiras da Renamo foi essencialmente forçado, através de raptos, na segunda, estas ingressaram, sobretudo, de forma voluntária, motivadas, entre outros, pelo desejo de reivindicar os seus direitos. Os referidos direitos têm que ver com alegadas promessas não cumpridas quando do fim da primeira guerra civil, nomeadamente com relação a um subsídio de reinserção por um período de 18 meses, seguido de uma pensão vitalícia. É o incumprimento dessas promessas que motivou o seu retorno às matas, como aborda a seguinte interlocutora:

Fomos ditos que todos os militares tinham de voltar, porque aquilo que nos prometeram não foi cumprido. Houve treinamento; nos reciclaram porque já tínhamos treinado há muito tempo; eu treinei por um mês; treinamos junto com homens... Não havia escolha.⁴

A interlocutora acima alude ao facto de ter passado por um treinamento básico, essencialmente de reciclagem, o que sucedeu com as demais mulheres, mas também homens, e deriva do facto de todos terem já experiência de guerra, uma vez que participaram da primeira. De facto, explicaram as nossas interlocutoras, não houve novos recrutamentos na segunda guerra civil, e elas sequer denominam esta de guerra, mas, sim, manifestação ou, para outras, segunda revolução, fazendo analogia à primeira, que denominam de primeira revolução.

Ainda entre as razões da mobilização das mulheres, particular destaque para a onda de sequestros e assassinatos de que eram vítimas, embora os alvos não eram exclusivamente mulheres. Há relatos de perseguição, desaparecimentos e assassinatos de muitos ex-guerrilheiros, mas também simples membros e simpatizantes da Renamo durante a “segunda guerra civil”. Estas questões, conforme também reporta uma ex-guerrilheira que citamos de seguida, forçaram a mobilização de muitas mulheres.

Éramos sequestrados de qualquer maneira. Nós saímos pela ONUMOZ

[Operações das Nações Unidas em Moçambique] ... tínhamos de ter pensões. Tínhamos de ter sítio para viver, regalias de outros combatentes da Frelimo (...), pelo contrário, fomos passando mal, sendo sequestrados. Está a ver levar uma pessoa daqui de Chimoio e ir matar na Beira? É paz isso? Nós queremos a paz definitiva. É por isso que voltamos às matas.⁵

Há, por fim, que destacar a situação das que, embora tenham participado na primeira guerra civil, não foram desmobilizadas, por isso viam na participação naquela guerra uma oportunidade para o efeito e, assim, aceder aos benefícios da desmobilização, sobretudo as pensões. Este é o caso das que eram ainda menores quando ocorreu a desmobilização na década de 1990 e outras que, por imperativos de saúde, questões familiares, entre outras, estiveram ausentes durante o processo de desmobilização.

Que papéis?

Há dupla continuação nos papéis desempenhados pelas mulheres da Renamo na segunda guerra civil: primeiro, eram continuação das tarefas domésticas, consideradas pouco prestigiadas e socialmente não reconhecidas (Campos, 2003). Segundo, eram as mesmas funções que desempenharam na primeira guerra civil, nomeadamente como enfermeiras, parteiras, agentes de comunicação, secretárias, cozinheiras e guarda-costas, conforme relata a seguinte entrevistada:

As mulheres eram enfermeiras, parteiras, operadoras de rádio. (...) O nosso trabalho é de ser secretária, cozinhar e servir o presidente. Os da saúde estavam na parte deles. Outros estavam na parte de guarda-costas. Todos os trabalhos eram alinhados.⁶

Se, por um lado, a continuação no exercício das funções antes desempenhadas na primeira guerra civil também explica por que as ex-guerrilheiras tinham apenas treinos de reciclagem, por outro lado, os seus papéis são moldados por estereótipos de género, na lógica de “homens em armas e mulheres em casa,” como descreve Cooke (1973, p.178 *apud* Segal, 1995). Referindo-se à primeira guerra civil, Feijó (2021) destacou que foram poucos os casos do envolvimento das mulheres em situações de combate e poucos foram os regimentos, companhias, pelotões ou batalhões compostos unicamente por mulheres, tanto da parte das forças governamentais, como da parte da Renamo. Apenas as que conseguiram ganhar a confiança dos chefes é que recebiam treinamento paramilitar e de autodefesa, servindo depois como espíãs e mensageiras, raramente envolvendo-se nos ataques, razão por que poucas ascenderam a cargos de chefia e liderança (ISRI & MULEIDE, 2020). Das

¹ Albertina Machava é assistente de pesquisa. Egídio Chaimite é investigador sénior do IESE.

² Para mais detalhes sobre a Junta Militar da Renamo, ver IMD (2019).

³ Este pesquisa foi realizada no âmbito do projecto do IESE sobre “O Impacto dos Conflitos militares nos Direitos Humanos dos Jovens, Mulheres e Crianças do Vale do Zambeze”, financiado pelo programa IGUAL, do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC). Para mais informações sobre o programa, ver <https://www.cescmoz.org/index.php/nosso-trabalho/programa-igual>

⁴ Florência, Entrevista, 03.04.2023, Beira.

⁵ Catarina, Entrevista, 21.09.2023, Chimoio.

⁶ Elsa, Entrevista, 18.09.2023, Vanduzi.

poucas excepções, já na “segunda guerra civil,” destaque para o caso da Florência que, como ela mesma conta, envolveu-se diretamente nos combates e chegou a ser instrutora:

Eu continuei como instrutora. Ensinava o soldado como atacar. Ensinava estratégia de guerra; quando era para atacar, eu ia atacar (...). Escolheram-me devido ao trabalho que fazia.⁷

O caso de Florência revela pelo menos dois aspectos: primeiro, que as mulheres não são meras vítimas, como são frequentemente descritas na literatura sobre o seu papel nas guerras (Cossa & Palik, 2023), mas, pelo contrário, também desempenham papel activo nas guerras. Segundo, que há uma diversidade de tarefas desempenhadas pelas mulheres na segunda guerra civil, embora o papel de muitas se circunscreva aos “afazeres domésticos”, como enfermeiras, cozinheiras e donas de casa (Rebello, 2013 *apud* Pacheco, 2018). Entretanto, como referimos anteriormente, esta diversidade não foi suficientemente tida em conta no DDR (IMD, 2023; Cossa & Palik, 2023), sendo, por isso, um dos problemas do processo.

Ex-guerrilheiras da Renamo no DDR

O DDR tem como objetivo “... garantir a segurança e estabilidade do país, construir um ambiente de confiança e reconciliação entre os moçambicanos na estrita observância dos princípios do Estado de Direito Democrático e demais leis relevantes.” É parte do Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares acordado entre o a Renamo e o Governo de Moçambique.⁸

Na fase do desarmamento, procede-se a recolha, entrega e tratamento final do armamento e artefactos bélicos. A Desmobilização corresponde à passagem à vida civil dos guerrilheiros, quando a Reintegração abrange a sua reinserção socio-económica. Os principais pontos críticos que abordamos aqui incidem, sobretudo, na fase de reintegração, onde se destacam problemas com as pensões, as dificuldades em beneficiar de projetos, o tratamento diferenciado no enquadramento nas Forças Armadas de Defesa e Moçambique (FADM) e a sua exclusão de participação activa na vida das comunidades onde se inserem.

Com relação às pensões, mas também à questão do subsídio de reinserção, os principais problemas têm que ver com os critérios para a sua fixação e atrasos na disponibilização. Para ambos os casos, acordou-se que os valores seriam fixados em função das patentes das guerrilheiras aquando da entrada em vigor do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, e que, enquanto se aguardava pelas pensões vitalícias, durante um ano, receberiam um subsídio dividido em quatro tranches e disponibilizado trimestralmente. Sucede que não só houve atrasos na fixação das pensões, como também há relatos de algumas guerrilheiras que recebem valores inferiores aos estipulados para as suas patentes. A consequência, sobretudo para o caso dos atrasos, é da precarização das vidas das ex-guerrilheiras, uma vez que algumas chegaram a vender parte dos bens recebidos aquando da desmobilização e outras tiveram de trabalhar como empregadas domésticas para sobreviverem.

A situação dos projectos de reintegração é igualmente preocupante. Estes visavam garantir o sustento das ex-guerrilheiras e suas famílias (IMD, 2023), tendo, para o efeito, se identificado as necessidades e preferências de cada uma. Algumas mulheres escolheram projectos na área da agricultura, outras na pecuária, quando outras ainda optaram por investir em negócios. No entanto, esses projectos

ainda não estão a ser cabalmente implementados, o que gera descontentamento, conforme relata a seguinte entrevistada:

Falaram de projectos no tempo de registo. Eu escolhi agropecuária (...). Até agora ainda não se falou nada, mas não tenho garantia, porque mesmo esses que saíram em 2021 não tem projectos.⁹

Igual preocupação persiste com relação à questão do enquadramento nas FADM. Os acordos previam que o enquadramento seria feito mediante a apresentação da lista das oficiais por parte da Renamo. No entanto, as mulheres da Renamo sentem-se excluídas deste processo e sustentam que os combatentes do sexo masculino é que tiveram prioridade na afectação, e esse é um problema na organização interna da própria Renamo.

Na reintegração das ex-guerrilheiras nas comunidades também se identificam constrangimentos, na medida em que elas, como os demais combatentes, são percebidas como responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o conflito. Por conta disso, quando há reuniões nos bairros, por exemplo, as mulheres da Renamo não são chamadas. O único evento da comunidade, onde participam livremente são os falecimentos, pois, nestes, não precisam de convites:

Fui bem-recebida, embora alguns faleam mal (...). A minha família também me recebeu bem... [só que] na minha zona não me chamam para as reuniões. Só vamos aos falecimentos, porque nos falecimentos não precisa ser chamado.¹⁰

As mulheres da Renamo consideram-se também excluídas de outros programas de ajuda humanitária, evocando exemplos da retirada dos seus nomes das listas de beneficiários de ajuda depois da ocorrência do ciclone IDAI e no contexto da Covid-19, alegadamente por serem reconhecidas da Renamo:

Quando há reunião do bairro não me chamam. Todas as reuniões dos líderes são no partido Frelimo, por isso não nos chamam (...) quando é para receber algo, na minha casa nunca chega. (...) por ser casa da Renamo. Esse problema é de muita gente.¹¹

Em suma, o tratamento discriminatório e de exclusão das ex-guerrilheiras da Renamo e suas famílias põe em causa o desiderato de reconciliação preconizado nos objectivos do DDR. Ademais, as dificuldades no acesso às pensões, subsídios e demais benefícios do DDR são entraves ao sucesso desse processo. Estes aspectos são ainda mais preocupantes porquanto não apenas afectam as mulheres, mas outros ex-guerrilheiros da Renamo, o que faz com que persistam as razões que os mobilizaram para a guerra, tal como abordamos na primeira secção.

Conclusão

Este IDEIAS refletiu sobre a mobilização e papel das mulheres da Renamo na “segunda guerra civil” e sua reintegração socioeconómica. Salientar que esta guerra iniciou, em parte, por causa do incumprimento das promessas feitas aquando da assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, razão pela qual, uma das principais motivações das mulheres que aderiram à guerra foi a reivindicação dos seus direitos. Como abordámos, não houve novos recrutamentos para esta guerra e, as que se mobilizaram, o fizeram, sobretudo, de forma voluntária, e desempenharam as mesmas tarefas

da primeira guerra civil, nomeadamente, como enfermeiras, cozinheiras, entre outras actividades consideradas como prolongamento de tarefas domésticas. Houve, pois, excepções, uma vez que algumas mulheres chegaram a assumir cargos de liderança e participaram nos ataques.

Terminada a guerra, os benefícios do DDR criaram expectativas nas ex-guerrilheiras que, entre outros, esperavam receber subsídios de reinserção de um ano, enquanto aguardavam a regularização das suas pensões. Muitas receberam os subsídios, mas as pensões tardaram a ser fixadas, e as mulheres tiveram de procurar outros meios de sobrevivência, algumas trabalhando como empregadas domésticas. Nas comunidades, no entanto, as mulheres da Renamo enfrentam outros desafios, uma vez que se consideram excluídas, tanto das reuniões como de iniciativas de ajuda humanitária, alegadamente pelo facto de pertencerem à Renamo. Esta exclusão mina a reintegração efetiva destas mulheres da Renamo, e de certo modo, cria descontentamentos que podem perigar a paz, sobretudo porque é um sentimento partilhado também pelos homens, também ex-guerrilheiros.

Referências

- Beula, E. (2020) *Apenas 300 dos 5200 guerrilheiros da RENAMO foram desmobilizados e reintegrados, CDD*. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:qaad:sc:EU:22dc4600-f9df-44cc-87b1-50f87ac2011c> (Acesso: 31.08. 2023).
- Campos, L.M.C. (2003). *O Papel das Mulheres no Período de Transição para a Democracia em Moçambique*. Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto.
- Chaimite, E. (2014). *indignai-vos*. ideias 61. Maputo: IESE, pp. 1–2.
- Chichava, S. (2015). Introdução. *Desafios Para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.
- Cossa, S. & Palik, J. (2023). *Mulheres e DDR em Moçambique: A Dinâmica excludente e Inclusiva dos Programas de DDR*. GPS Policy Brief.
- Darch, C. (2018). *Uma história de sucesso que correu mal? O conflito moçambicano e o processo de paz numa perspectiva histórica*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Feijó, J. (2021). *O papel das mulheres no conflito em Cabo Delgado: entendendo os ciclos viciosos da violência*. Maputo: OMR & FES. Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Igreja, V. (2015). *Os Recursos Da Violência e as Lutas Pelo Poder Político em Moçambique*, *Desafios Para Moçambique 2015*. Maputo: IESE, pp. 48–49.
- IMD (2023). *Estudo sobre a Análise Situacional da Participação das Mulheres nos Processos de Paz e DDR em Moçambique*. Maputo.
- ISRI & MULEIDE (2020) *Impacto dos Conflitos Armados na Vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique*. Lawyers without Borders: Canada.
- Pacheco, M. (2018). *A participação das mulheres nos processos de paz: uma perspectiva de género a luz da resolução 1325 sobre mulheres, paz e segurança*. Universidade de Coimbra.
- Segal, M.W. (1995). *Funções militares das mulheres numa perspectiva comparada. Passado, Presente e Futuro*. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1526/1/NeD088_MadyWechslerSegal.pdf (Acesso : 20.02.24).

⁷ Florência, Entrevista, 18.09.2023, Chimoio.

⁸ Lei n 11/2019 de 12 de Setembro: Atinente ao Acordo de Paz e Reconciliação Nacional. Assinado em Maputo, a 06 de agosto de 2019.

⁹ Dulce, Entrevista, 18.09.2023, Vanduzi.

¹⁰ Guilhermina, Entrevista, 18.09.2023, Chimoio.

¹¹ Anastácia, entrevista, 18.09.2023, Chimoio.